

Porto Rico e a coragem da verdade: uma análise discursiva do minidocumentário “El apagón – Aquí vive gente”

Puerto Rico and Fearless Speech: A Discursive Analysis of the Mini-Documentary “El apagón – Aquí vive gente”

João Paulo Santos Batista

Universidade Federal de Sergipe (UFS)
São Cristóvão | SE | BR
jotapsanti@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8958-6436>

Maria Graziela Correia dos Santos

Universidade Federal de Sergipe (UFS)
São Cristóvão | SE | BR
grazicorreiaaaa@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9194-3781>

Jocenilson Ribeiro

Universidade Federal de Sergipe (UFS)
São Cristóvão | SE | BR
jonuefs@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8716-5059>

Resumo: Porto Rico é considerado um território não incorporado dos Estados Unidos, e os porto-riquenhos são, por lei, seus cidadãos naturais. No entanto, nem todos os direitos civis dos estadunidenses são estendidos aos porto-riquenhos, e a população do arquipélago costuma sofrer com aspectos de exploração e a ausência de políticas públicas. Partindo dessa questão, o objetivo principal deste artigo é analisar, sob uma perspectiva discursiva, o caráter de denúncia do minidocumentário *El apagón – Aquí vive gente* (2022). A abordagem teórico-metodológica está ancorada na Análise do Discurso Francesa, a partir da perspectiva discursiva dos trabalhos de Michel Foucault (2010, 2011, 2017, 2018) e seus comentadores. As análises e as reflexões empreendidas apontam para um caráter crítico do minidocumentário, que pode ser visto como uma obra artística de resistência e contrária às explorações socioeconômicas dos Estados Unidos sobre Porto Rico. Alguns dos resultados indicam que os testemunhos utilizados no minidocumentário expressam o que Foucault (2017) denomina *coragem da verdade*, como o uso da franqueza mesmo diante de perigos, a utilização da liberdade para expor relatos com o intuito de ajudar um dado grupo e o confronto de interesses entre um grupo economicamente privilegiado e outro, desfavorecido.

Palavras-chave: Porto Rico; análise do discurso; coragem da verdade; *parrhesia*; resistência.

Abstract: Puerto Rico is considered an unincorporated territory of the United States of America, and Puerto Ricans are, by law, its natural citizens. However, not all



civil rights granted to U.S.A. citizens are extended to Puerto Ricans, and the population of the archipelago often suffers from various forms of exploitation and the absence of public policies. Based on this issue, the main objective of this article is to analyze, from a discursive perspective, the denunciatory character of the short documentary *El apagón – Aquí vive gente* (2022). The theoretical and methodological approach is grounded in French Discourse Analysis, drawing on the discursive perspective of Michel Foucault's works (2010, 2011, 2017, 2018) and his commentators. The analyses and reflections undertaken point to the documentary's role as a work of resistance and denunciation against the socioeconomic exploitation of Puerto Rico by the United States. Some of the findings indicate that the testimonies featured in the documentary express what Foucault (2017) calls the *fearless speech* — the use of frankness even in the face of danger, the exercise of freedom to share one's accounts with the aim of helping a given group, and the confrontation of interests between economically privileged and disadvantaged groups.

Keywords: Puerto Rico; discourse analysis; fearless speech; parrhesia; resistance.

1 Introdução

"Aquí, la resistencia va a durar hasta que el corazón aguante"
(*El apagón – Aquí vive gente*, 2022)

Este artigo tem como *corpus* de pesquisa o minidocumentário *El Apagón – Aquí Vive Gente*, obra artística do cantor porto-riquenho Benito Antonio Martínez Ocasio, popularmente conhecido como Bad Bunny. O trabalho audiovisual faz parte de seu projeto musical, lançado em 2022, que se intitula "*Un verano sin ti*". O minidocumentário,¹ com quase vinte e três minutos, retrata as belezas naturais de Porto Rico, sua população, cultura e musicalidade, além de denunciar a exploração de seu território e de seus habitantes por empresas e interesses comerciais norte-americanos.

¹ Minidocumentário "El Apagón – Aquí Vive Gente" disponível em: https://youtu.be/1TCX_Aqzoo4. Acesso em: 19 mar. 2025.

Atualmente, o arquipélago de Porto Rico não é um Estado independente. Diferentemente de outras ilhas do Caribe, o *Estado Livre Associado de Porto Rico* é considerado um território não incorporado dos Estados Unidos e possui uma história marcada por questões relacionadas ao colonialismo e à exploração de seus habitantes por outras nações. Logo, por lei, os porto-riquenhos são cidadãos naturais dos Estados Unidos, podendo circular livremente entre o arquipélago e o continente. No entanto, nem todos os direitos civis garantidos aos estadunidenses se estendem à população de Porto Rico, e esse fator é preponderante na luta atual contra a exploração de seu território.

O objetivo geral deste estudo foi analisar, sob uma perspectiva discursiva, o caráter de denúncia presente no minidocumentário *El apagón – Aquí vive gente* (2022). Para tanto, foram definidos três objetivos específicos: i) refletir sobre o conceito de *coragem da verdade* à luz da perspectiva de Michel Foucault; ii) descrever, de forma breve, a história de exploração e colonialidade de Porto Rico; e iii) analisar o *corpus* do estudo em articulação com os estudos discursivos foucaultianos.

Este estudo é de natureza qualitativa (Gil, 2009) e está ancorado, teórica e metodologicamente, na Análise do Discurso de linha francesa, sob a perspectiva dos trabalhos de Michel Foucault (2010, 2011, 2017, 2018), em especial os Estudos Discursivos Foucaultianos (Gregolin, 2001; Sargentini, Navarro, 2004; Navarro, 2020; Navarro e Sargentini, 2022) e seus comentadores. A questão que orientou esta pesquisa foi a seguinte: de que maneira o minidocumentário *El apagón – Aquí vive gente* (2022) evidencia os problemas de exploração social vivenciados em Porto Rico? A hipótese inicial é a de que a obra audiovisual apresenta um caráter artístico e de denúncia e que, por meio dos relatos da população local, expressa discursos de resistência diante das condições de exploração.

O artigo foi estruturado em cinco seções. Na primeira, apresentam-se aspectos introdutórios sobre o estudo em questão. Na segunda seção, são desenvolvidas as reflexões teórico-metodológicas e, conseqüentemente, discutido o conceito de *coragem da verdade*, de Foucault (2011), em diálogo com os estudos de Gros (2004), Hara (2005), Bert (2011), Prometeus (2013) e Gomes, Ferreri e Lemos (2018). Ademais, tecem-se algumas considerações sobre o conceito de *discurso-testemunho*, com base em Marín (2023), e descreve-se detalhadamente a constituição do *corpus*. Na terceira seção, intitulada “O povo boricua”, apresenta-se uma síntese da história de Porto Rico, à luz do problema da colonização e das disputas territoriais em torno do arquipélago, com o apoio de historiadores como Muñoz (2023) e Meléndez-Badillo (2024). Na quarta seção, “Aquí vive gente”, são expostas as análises do *corpus*, considerando a articulação entre a *parrhesia* e os enunciados. Por fim, na quinta seção, tecem-se considerações acerca dos resultados obtidos, especialmente quanto à relação entre o discurso-testemunho e a *coragem da verdade*.

2 Reflexões teórico-metodológicas

O extenso legado deixado por Michel Foucault tem contribuído para pesquisas em diversas áreas das humanidades – desde a história e a psicologia social, passando pelas ciências sociais de modo mais amplo, até uma significativa concentração de sua produção no campo da filosofia. As reflexões do filósofo francês também oferecem importantes contribuições aos estudos voltados para a linguagem e o discurso. No Brasil, por exemplo, observa-se uma

expressiva produção de pesquisas em estudos do discurso, estudos da linguagem, literatura e na Análise do Discurso de herança francófona, que se orientam pela abordagem teórico-metodológica dos Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF).

O interesse de Michel Foucault pela ética e pela moral manifesta-se nas reflexões presentes em suas últimas aulas ministradas no Collège de France. O filósofo investigava a primazia atribuída ao conhecimento de si em contraposição ao cuidado de si na historiografia filosófica, trazendo importantes contribuições para o modo de pensar o sujeito e a verdade. Na obra *A hermenêutica do sujeito* ([1982] 2011), Foucault menciona diversas vezes a noção de *parrhesia* (ou *parresía*), mas a desenvolve de maneira mais aprofundada em *A coragem da verdade* ([1984] 2017). Em 2018, uma publicação póstuma reuniu os escritos de sua obra inacabada – *As confissões da carne* (quarto tomo de *Histoire de la sexualité*), publicada no Brasil em 2020 pela editora Paz & Terra –, na qual se evidencia que o tema da *parrhesia* começava a consolidar-se como um dos principais objetos de análise do último eixo do pensamento do autor.

A seguir, apresentamos algumas reflexões sobre o tema da *parrhesia*, bem como acerca da noção de testemunho e da constituição do *corpus* da pesquisa.

2.1 A noção de coragem da verdade

A coragem da verdade é o tema das últimas aulas ministradas por Michel Foucault no Collège de France, entre 1983 e 1984. O conceito tem origem no termo grego *parrhesia* (παρρησία) e define como *parrhesiastes* (ou *parresiasta*) aquele que não teme dizer aquilo em que acredita, ainda que possa ser socialmente excluído ou sofra outras formas de punição. Segundo a revista *Prometeus* (2013), é na *parrhesia* que se pode observar uma relação direta entre quem fala e aquilo que é dito, uma vez que a opinião é expressa de maneira clara, levando o interlocutor a compreender o discurso de forma imediata. Não há espaço para o implícito nessa conjuntura, pois o indivíduo tem como objetivo manifestar suas ideias por meio do ato de dizer.

De acordo com Foucault (2010, p. 42), um dos significados originais da palavra grega *parrhesia* é “dizer tudo” (sinceridade). Trata-se de um conceito central em seus últimos trabalhos e pode ser compreendido como a “franqueza”, o “falar franco” ou a “coragem da verdade”. Assim, o *parrhesiastes* é movido pela franqueza como forma de expressão e diz a verdade como seu recurso total (Foucault, 2017); ele fala sem reservas ou manipulação retórica. Hara (2005), com base em Gros (2004, p. 287), aponta que o exercício grego da *parrhesia* está relacionado à ética e pode provocar repercussões e transformações “na moral e no jogo político dominante da modernidade”. Ao compreender que “o *parrhesiastes* é sempre menos poderoso que aquele com quem ele ou ela fala” (*Prometeus*, 2013), evidencia-se a iminência do perigo. A verdade pode ameaçar a autoridade, os interesses ou o exercício de poder de um sujeito ou grupo, implicando riscos àquele que a enuncia. Nesse sentido, a *parrhesia* constitui-se como um ato político e ético.

Como observa Foucault (2017), a *parrhesia* é uma atividade verbal vinculada à franqueza: o *parrhesiastes* não recorre a recursos retóricos com o intuito de persuadir, não “enfeita” ou faz “malabarismos” discursivos para se posicionar. *A coragem da verdade* se opõe à mentira e ao silêncio, constituindo-se como um gesto de resistência e um dever moral. O indivíduo atravessado pela *coragem da verdade* denuncia problemas que, embora não estejam ocultos, frequentemente passam despercebidos pela sociedade. Nas palavras de Foucault (2011), esse

gesto de revelar a verdade faz emergir “o que está tão perto, o que é tão imediato, o que está tão intimamente ligado a nós mesmos que, exatamente por isso, não percebemos” (Foucault, [1978] 2001, p. 594 *apud* Gros, 2004, p. 15).

Trata-se de uma prática de veridicção que exige do sujeito não apenas o compromisso com o que é dito, mas também a disposição de colocar sua própria vida em risco ao enunciar uma verdade que pode contrariar o poder instituído (Foucault, 2010, 2011, 2017). A *coragem da verdade* implica, portanto, uma ética da palavra, na qual o dizer verdadeiro não se separa da conduta daquele que fala. O *parrhesiastes* (parresiasta) não fala a partir de uma posição de segurança, mas de vulnerabilidade – é justamente essa exposição ao perigo que faz irromper o falar-franco no seu discurso.

Retomando Hara (2005), é importante destacar que Frédéric Gros foi o estudioso que deu continuidade aos cursos correspondentes às últimas aulas de Foucault, ainda antes de suas publicações oficiais. Seu interesse pela coragem da verdade foucaultiana o trouxe ao Brasil, em 2004, para participar do *Colóquio Internacional Foucault: 20 anos*, organizado por Margareth Rago, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A exposição de Gros abordou reflexões em torno do conceito de *coragem da verdade* sob a perspectiva do cuidado de si. Para Bert (2011), essa prática do cuidado de si retoma a ideia platônica da *epimeleia heautou*, segundo a qual o ser, a partir do autoconhecimento, transforma-se.

Levando-se em consideração o pensamento de Gros (2004), observa-se que as técnicas de si e a questão da *parrhesia* foram abordadas por Foucault no curso *A hermenêutica do sujeito*, ainda de forma geral. Posteriormente, esses temas foram sendo ampliados e aprofundados nos cursos seguintes: *O governo de si e dos outros* e, como foi mencionado no início desta seção, *A coragem da verdade*.

Nas palavras de Michel Foucault:

Ocupar-se de si não é uma sinecura. Há os cuidados com o corpo, os regimes saudáveis, os exercícios físicos moderados, a satisfação tão medida quanto possível das necessidades. Há as meditações, as leituras, as notas que fazemos nos livros ou nas conversas ouvidas, e que são relidas em sequência, a rememoração das verdades que já sabemos, mas das quais é preciso nos apropriar melhor ainda (Foucault, 2011, p. 71).

O conceito de *cuidado de si* em Foucault (2011) refere-se a um conjunto de práticas e reflexões voltadas à formação ética do sujeito, nas quais a atenção a si mesmo não se limita a aspectos superficiais, mas envolve disciplina, autoconhecimento e responsabilidade moral. Dessa forma, o *cuidado de si* não se restringe a gestos isolados, mas reflete um trabalho contínuo sobre si mesmo, articulando corpo, mente e ética, e preparando o sujeito para exercer práticas de verdade, como a *parrhesia*.

A exposição da verdade, enquanto dever moral, revela-se como um gesto ético e político que ultrapassa a esfera individual, pois visa enfrentar um problema coletivo por meio do exercício da liberdade. Nela, não há espaço para a bajulação nem para a defesa de interesses particulares: a verdade emerge como expressão da ética, da crítica e da empatia. O discurso do parresiasta, portanto, não se restringe ao dizer, mas constitui um ato de resistência que tensiona as relações de poder e questiona as estruturas que produzem o silêncio e a submissão. Visitar as dores do próprio corpo e do corpo coletivo é, nesse sentido, um movimento de enfrentamento e de lucidez. Assim, entre o ato de dizer o que se pensa e o gesto de denunciar

as violências que atravessam a vida, encontra-se o que Foucault denomina *coragem da verdade* – a disposição de falar, quando o silêncio seria mais seguro, e de resistir, quando o conformismo seria mais conveniente.

Dessa forma, é preciso reconhecer que a resistência e as tensões discursivas entre um dizer e outro não são opacas nem neutras. Ao tomar uma determinada posição em um discurso, o sujeito revela, ao mesmo tempo, aquilo que o constitui. O ato de dizer a verdade com coragem confronta a naturalização da opressão e as violências impostas aos “vencidos”. Foucault (2006, p. 289) reconhece que “da Antiguidade ao cristianismo, passa-se de uma moral que era essencialmente a busca de uma ética pessoal para uma moral como obediência a um sistema de regras”. Em outras palavras, as técnicas de subjetivação são produzidas no interior das instituições, de modo que o indivíduo, ao perceber os limites e efeitos dessas regras, deve ultrapassá-las sempre que elas se tornam instrumentos de legitimação das violências destinadas aos grupos minoritários.

Em Foucault (2017), a *coragem da verdade* está intrinsecamente ligada à própria questão da verdade, entendida não como um valor absoluto, mas como um efeito de relações de poder e de saber. Ao longo de sua trajetória intelectual, o filósofo desloca o foco da verdade como correspondência entre discurso e realidade para a análise das condições históricas que tornam possível o dizer considerado verdadeiro. A *coragem da verdade* é, assim, o ponto de convergência entre a constituição ética do sujeito e a crítica às estruturas que delimitam quem pode ou não dizer o verdadeiro – um gesto que transforma o próprio ato de falar em uma prática de liberdade.

Os estudos de Foucault sobre a verdade, expostos em seus cursos no Collège de France e em outros trabalhos, não tratam de uma disputa para discernir, em um discurso, o que é ou não verdadeiro. As reflexões do filósofo situam-se no campo das condições de possibilidade que constituem determinado saber como verdadeiro, pois é a partir das práticas e das relações de poder que se organizam os discursos considerados confiáveis ou não, dotados de sentido ou não, legitimados ou marginalizados (Foucault, 1996). Nesse sentido, Gros (2004) pontua que a pergunta dirigida ao discurso da *parrhesia* ou ao *parresiasta* não deve partir da questão sobre se o enunciado é ou não verdadeiro. A *parrhesia* emerge daquilo que o sujeito sabe e acredita fielmente ser verdadeiro; ele se arrisca pela verdade e fala francamente movido por um dever moral.

Sob essa perspectiva, alguns elementos se mostram constitutivos da *parrhesia*. O primeiro diz respeito à dimensão ética e moral do dizer verdadeiro, na medida em que falar a verdade torna-se um gesto imprescindível, mesmo quando implica riscos ou ameaças. O segundo elemento está vinculado à assimetria das relações de poder, pois o *parresiasta* frequentemente se dirige a alguém em posição superior, enfrentando-o a partir de um lugar de vulnerabilidade. O terceiro emerge da própria exposição de si no ato de dizer, isto é, do exercício da liberdade que se manifesta quando o sujeito fala francamente acerca de um problema ou de uma injustiça.

Nessa perspectiva, dois caminhos podem ser tomados: i) a naturalização das desigualdades influenciada principalmente pelo medo de se manifestar e denunciar as injustiças; e ii) o reconhecimento e o enfrentamento das desigualdades e injustiças que afetam seu corpo e seu povo. A análise do minidocumentário *El apagón - Aquí vive gente* (2022) parte do segundo caminho, visto que os moradores de Porto Rico testemunham sobre os problemas do arquipélago como forma de resistência às explorações sociais e econômicas.

Vejamos a seguir algumas reflexões sobre o discurso-testemunho.

2.2 O testemunho como discurso de resistência

O discurso-testemunho é estudado por pesquisadores de diferentes áreas das humanidades, com preponderância em pesquisas literárias e linguísticas que buscam observar e compreender questões da língua, do discurso, do gênero e das relações sociais em conflitos. É através dos relatos de quem passou por determinada experiência ou de quem se coloca como mediador ou narrador de um acontecimento que podemos aprender e conhecer sobre outras experiências humanas.

Segundo o pesquisador de estudos latinoamericanos Alejandro López de Lara Marín (2023), o discurso testemunhal nasce na oralidade, a partir do compartilhamento de experiências, mas adquire aspectos conceituais e formais a partir da escrita e da literatura testemunhal. No século XVI, por exemplo, os relatos dos colonizadores europeus acerca dos povos indígenas da América já demonstravam aspectos do gênero testemunho ao descreverem os encontros com os povos originários daquelas terras.

As perspectivas são um elemento importante do testemunho. Normalmente, os relatos mais conhecidos são os dos “vencedores”, daqueles cuja voz social é privilegiada, ouvida, tratada como a que possui sentido (Foucault, 1996). Os que gozam de poder econômico ou de outros privilégios e que se ancoram nas desigualdades sociais costumam ter seus discursos validados, e seus testemunhos ecoam com valor de verdade e confiabilidade.

Já o discurso dos oprimidos normalmente possui pouco valor, não reverbera de maneira ampla, não tem sua importância reconhecida, e sua fala não é escutada (Piovezani, 2020). No livro *A voz do povo: uma longa história de discriminações* (2020), do linguista Carlos Piovezani, reflete-se sobre a deslegitimidade dada à “voz do povo”, tratada como incorreta, grosseira, levada por emoções. Em contraponto, membros da elite política, intelectual e religiosa têm suas falas legitimadas, consideradas corretas, sábias e importantes.

O discurso testemunhal é objeto de interesse de vários campos do saber: psicologia e psicanálise, literatura e estudos culturais, história e memória, análise do discurso etc. Esse discurso é uma prática que emerge quando um sujeito fala de um lugar de experiência vivida – especialmente de dor (traumática), de exclusão ou de resistência – com a finalidade de inscrever na memória coletiva o que foi silenciado, dar sentido ao vivido e interpelar o outro sobre a responsabilidade ética diante da história. Embora a escuta esteja atrelada ao caráter individualista, não é o indivíduo que importa, mas o sujeito enquanto entidade histórica coletiva.

Nos estudos discursivos, o discurso testemunhal é analisado como uma forma de enunciação marcada pela relação entre memória, verdade e subjetividade. Nesse sentido, o analista considera (i) a posição do sujeito enunciador (quem enuncia, de onde se enuncia, que posição-sujeito se ocupa numa dada formação discursiva.); (ii) o lugar da memória (como o passado é reconstruído discursivamente); e (iii) o efeito de verdade (como o testemunho é legitimado socialmente e o que deve dizer, qual seu estatuto de verdade) ao “dizer francamente”. Paul Ricoeur (2007) e Giorgio Agamben (2008) são dois filósofos centrais nos estudos dedicados ao tema e com os quais historiadores e analistas do discurso, em suas distintas abordagens e perspectivas de análise (Orlandi, 1992; Gagnebin, 2006; Milanez, Prata,

Almeida, 2023), têm estabelecido fortes diálogos para pensar o ato de dizer tudo, de dizer a verdade, do esquecimento, da ética e da impossibilidade do testemunho.

As disputas entre os testemunhos dos “vencedores” e dos “vencidos” são constantes, ambas buscando um valor de verdade. Ainda que, em uma perspectiva de longa duração, se veja ressoar mais a voz do conquistador, também é possível visualizar o discurso de resistência dos oprimidos. O testemunho insurgente como método de resistência é comumente visto na América Latina “onde a denúncia do terror, da violência, da repressão se converte em instrumentos de luta para transformar a vida, não apenas de quem o relata, mas também de toda uma sociedade que esteve submersa na opressão” (Marín, 2023, p. 2).

O caráter coletivo do discurso testemunhal aparece em diferentes elementos que o constituem, como um fio condutor que conecta os grupos dissidentes e oprimidos. Mesmo que cada testemunha seja protagonista de sua experiência, o *eu social* busca uma transformação ou mudança de um problema maior. Por meio do relato, explicam-se tanto “a marginalidade em que vivem como a resistência que levam” (Marín, 2023, p. 5).

Em conformidade com tais reflexões Marín ainda nos recorda acerca da busca por justiça dos oprimidos,

Quer seja gênero literário ou simplesmente documento, o testemunho se converte em um instrumento fundamental para a busca de uma sociedade mais justa, é a arma primordial dos povos oprimidos. Porque sua voz se atreve a romper o silêncio e denunciar as atrocidades dos tiranos (Marín, 2023, p. 9).

Essa concepção do testemunho como prática de resistência, busca por justiça e enunciação política encontra eco no minidocumentário *El Apagón – Aquí vive gente*, em que os porto-riquenhos relatam os conflitos e as explorações de seu território provocados por interesses estadunidenses. Os investimentos econômicos no arquipélago, orientados pelo lucro, têm gerado prejuízos e sofrimento à população local, que, com coragem e luta, busca resistir e fazer ouvir sua própria voz.

A seguir, apresentamos alguns apontamentos sobre a constituição do *corpus*.

2.3 A constituição do corpus de análise

As reflexões apresentadas neste trabalho integram estudos desenvolvidos no âmbito do Laboratório de Estudos de Discurso, História e Estrangeiridades (imaGine/CNPq/UFS). Os interesses dos membros – em níveis de iniciação científica, mestrado e doutorado – convergem em torno de uma inquietação comum com os modos de funcionamento dos discursos que produzem sentidos sobre a estrangeiridade, a hostilidade ao sujeito estrangeiro ou estrangeirizado (Ribeiro, 2020, 2022), a colonialidade, as relações raciais, a história e as questões vinculadas à língua materna e/ou estrangeira. Nesse contexto, o problema aqui proposto constitui um recorte de uma investigação mais ampla que busca compreender os discursos em conflito acerca da identidade do povo porto-riquenho, observando suas múltiplas intersecções com a língua, o espaço geográfico, a classe social, a colonialidade e as disputas políticas e discursivas.

O *corpus* selecionado para este estudo é constituído, em especial, pelos relatos presentes no minidocumentário *El Apagón – Aquí vive gente*. O caráter de denúncia da obra evidencia três situações principais vivenciadas pelos porto-riquenhos, a saber: i) os apagões de energia constantes no arquipélago e o alto custo das faturas pagas pela população; ii) o despejo de moradores locais em benefício de empreendimentos privados ou comerciais de investidores estrangeiros; e iii) a privatização informal das praias. Os testemunhos das experiências vividas pelos porto-riquenhos constituem os enunciados analisados à luz da Análise do Discurso de orientação francesa, a partir das reflexões de Michel Foucault e de alguns de seus comentadores acerca da *coragem da verdade*, além de articulações teóricas em torno da própria noção de testemunho.

A seguir, apresenta-se um quadro que sintetiza as temáticas abordadas nos três enunciados, bem como o tipo de vinculação de quem relata, seja como mediador, seja como participante direto.

Quadro 1 – Das temáticas e do tipo de vinculação de quem relata

Nº de Enunciados	Temáticas	Vinculação
01	Apagões de energia	Mediador
02	Despejo de moradores	Participante
03	Privatização informal de praias	Participante

Fonte: Produzido pelos autores.

Foram escolhidos três relatos para a constituição do *corpus*; cada um deles representa uma das temáticas abordadas no minidocumentário. O primeiro relato é feito por meio do que denominamos “mediador”, que funciona como um “fiador” da verdade e expõe a história a partir de uma visão mais geral; já o segundo e o terceiro relatos são feitos por partícipes dos acontecimentos descritos. Decidimos transcrever os trechos analisados e optamos por focar nas falas dos sujeitos.

A seguir, estão algumas reflexões sobre a história de Porto Rico sob o recorte dos processos de colonização e exploração sofridos pelo território e sua população.

3 O povo boricua

A diversidade cultural do território de Porto Rico mescla influências indígenas, africanas e espanholas e é atravessada por um contexto histórico de batalhas e resistências. A história local abrange aspectos em torno da colonização, da identidade cultural de seus habitantes e de sua luta perante os desafios de se viver em meio aos interesses e explorações das classes economicamente dominantes (Munõz, 2023). Os porto-riquenhos, agraciados pela riqueza natural de seu território, de seu clima tropical e de uma culinária tradicional muito apreciada, também vivem um dilema constante sobre o status social de seu Estado e as diferentes disputas entre a população local e o interesse territorial e econômico estadunidense.

A exploração de diferentes territórios pelos europeus também dizimou os povos originários do arquipélago que hoje é denominado Porto Rico, como ocorreu em outras partes do continente americano. Os indígenas, conhecidos como povo *taína*, nomearam a ilha principal

de *Borikén*, que significa “Terra de Nosso Senhor Todo-Poderoso e Bravo”. O nome evoluiu para *Borinquen*, resultando posteriormente no gentílico “Boricua” que ainda hoje faz referência ao povo porto-riquenho (Munõz, 2023).

Segundo o historiador José Carlos Arroyo Muñoz (2023), em 1493, durante uma segunda viagem de Cristóvão Colombo, em prol do “descobrimento do Novo Mundo”, o viajante reivindicou o arquipélago como pertencente ao Reino de Castela e o nomeou San Juan Bautista. Posteriormente, após a descoberta de ouro e metais em seus rios e a percepção de que as ilhas poderiam se tornar um ótimo ponto estratégico para interesses comerciais, o território foi rebatizado de Porto Rico e, ao se estabelecer uma capital, o local foi batizado de San Juan Bautista.

A usurpação de territórios ainda não explorados pelos europeus recebia o aval da Igreja, que atribuía um “caráter sagrado à conquista de terras incógnitas do outro lado do mar” (Galeano, 2022, p. 30) e, assim, a América, que já era habitada por seus povos originários, foi sendo tomada de assalto pelos interesses comerciais de outros povos. O contato entre europeus e os indígenas que habitavam as américas não produziu uma relação consensual, saudável e produtiva para ambos os lados. A ideia unilateral de superioridade que os europeus tinham de suas características culturais acabou por dizimar a população que ali vivia com a “bênção” da instituição religiosa, como relata o escritor Eduardo Galeano.

A escravização dos índios [...] foi abençoada: antes de cada ação militar, os capitães da conquista deviam ler para os índios, na presença de um tabelião, um extenso e retórico Requerimento que os exortava à conversão à santa fé católica: “Se não o fizerdes, ou se o fizerdes maliciosamente, com dilação, certifico-vos que, com a ajuda de Deus, agirei poderosamente contra vós e vos farei guerra da maneira que puder em todos os lugares, submetendo-vos ao jugo e à obediência da Igreja e de Sua Majestade” [...] (Galeano, 2022, p. 31)

Após os primeiros contatos com os indígenas, “a epopeia de espanhóis e portugueses na América combinou a propagação da fé cristã com a usurpação e o saque das riquezas indígenas” (Galeano, 2022, p. 32). Estes, segundo o historiador Jorell Meléndez-Badillo (2024), produziam uma cultura diversa e amplamente organizada, com seus próprios deuses, culinária, adereços, língua e relação com a natureza.

Ao longo da exploração das riquezas naturais das ilhas pelos espanhóis, os taínos foram obrigados a produzir cana-de-açúcar, café e tabaco em um sistema de trabalho agrícola intenso, para suprir a demanda da crescente exportação de produtos. Logo, o assassinato e o trabalho escravo dizimaram boa parte das comunidades indígenas do território, e a crescente demanda por trabalhadores foi sendo substituída por mão de obra escravizada vinda da África.

O lucro da produção de matérias-primas de interesse internacional, gerada pelo trabalho escravo de povos indígenas e africanos, era destinado aos espanhóis. Além disso, as ilhas acabaram se tornando um ponto estratégico e favorável para exportação de mercadorias devido à sua localização, o que gerou interesse de outras nações que chegaram a atacar Porto Rico para tentar conquistar e dominar seu território. Os fracassos dessas empreitadas vieram de ataques de holandeses, franceses e ingleses (Munõz, 2023).

No final do século XIX, várias colônias passaram pelo processo de libertação de seus territórios por meio de guerras, acordos e intensas lutas por independência. A guerra Hispano-Americana, ocorrida em 1898 entre Espanha e Estados Unidos, resultou em intervenções nor-

te-americanas no movimento que se tornaria a independência cubana do domínio espanhol e a ligação entre Estados Unidos e Porto Rico.

A disputa teve como “vitoriosos” os soldados norte-americanos, que conseguiram desembarcar em Cuba após a fragilização do exército espanhol, que vinham sendo atacados pelo povo cubano em busca da liberdade de seu Estado. A conclusão se deu pelo Tratado de Paris de 1898, que permitiu aos EUA um controle temporário sobre Cuba e o domínio por tempo indeterminado sobre Porto Rico (Meléndez-Badillo, 2024).

Então, o arquipélago de Porto Rico tornou-se um território não incorporado dos Estados Unidos. Seus cidadãos continuam sendo considerados parte da nação estadunidense, e as principais questões relativas à sua população são decididas em Washington. Além disso, foram estabelecidos um governo limitado e uma constituição, o que não impede que a estrutura de exploração se estenda aos porto-riquenhos.

Em *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina* (2000), Aníbal Quijano desenvolve reflexões sobre as noções de centro/periferia global e “sistema-mundo”. O autor discorre sobre os aspectos que formulam a ideia de uma suposta superioridade natural em relação aos que possuem poder econômico e fazem parte do norte global sobre o restante da população mundial. Ele reflete sobre como a construção histórica de exploração colocou a Europa como um centro hegemônico e impôs aos países explorados uma ideia de periferia. É mediado por estas reflexões que Quijano (2000) cunha o conceito de *decolonialidad*. O sociólogo peruano entende a decolonialidade como um projeto crítico e uma alternativa epistêmica frente ao que ele chama de “colonialidade do poder”. Para Quijano, a colonialidade é uma lógica de dominação que sobreviveu ao fim do colonialismo formal (ou seja, a independência política das colônias) e continua estruturando o mundo em termos de *raça, saber e poder*. Portanto, esse conceito refere-se à maneira como a hegemonia do conhecimento eurocêntrico e ocidental se impõe e domina os modos de produção, legitimação e disseminação de saberes, conceitos e ideias colonialistas em todo o mundo, sobretudo na esfera acadêmica e no discurso científico sobre os sujeitos nas ditas “periferias terceiro-mundistas”.

Outrossim, o pesquisador em estudos pós-coloniais Santiago Castro-Gómez, no artigo intitulado *Michel Foucault y la colonialidad del poder* (2007), propõe vistas a uma teoria heterárquica do poder, inspirada nas lições menos conhecidas de Foucault no Collège de France. O trabalho desenvolve reflexões acerca da colonialidade sob uma perspectiva foucaultiana, apoiando-se uma delas nos estudos do filósofo sobre a biopolítica, que evidenciam as diferenças entre os modos de governar das sociedades medievais – em que governar significava “fazer morrer e deixar viver” – e o poder moderno, que passa a operar, a partir do final do século XVIII, sob uma nova lógica: “fazer viver e deixar morrer”. Essa transformação marca o surgimento da biopolítica, compreendida como um modo de governar voltado à administração da vida (governo da vida e dos corpos), ao controle dos corpos e à regulação das populações. O Estado e suas instituições passam, então, a gerir a existência – promovendo a saúde, a natalidade e a produtividade – ao mesmo tempo em que decidem quais vidas merecem ser protegidas e quais podem ser abandonadas à morte, revelando a face seletiva e desigual do poder sobre a vida (Foucault, 1999).

Nesse ínterim, emergem discursos que delineiam um tipo desejado de população e impõem padrões inalcançáveis para determinados grupos – aqueles marginalizados, tratados como anormais, desprestigiados e constantemente inseridos no “cálculo da vida” como força somente explorável de trabalho ou simplesmente descartável (Castro-Gómez, 2007, p.

156). É entre os grupos humanos considerados “descartáveis” ou menos importantes que se manifestam táticas de exploração e colonialidade, como as que ocorrem em Porto Rico.

Assim como ocorre na relação entre Estados Unidos e outros territórios nos quais é possível intervir em questões econômicas e sociais, há, na relação com Porto Rico, um processo complexo de dominação e intervenção. No minidocumentário *El apagón - Aquí Vive Gente* são mostrados diversos exemplos de como a colonialidade ainda sustenta uma estrutura de exploração na população do arquipélago.

Na próxima seção, analisaremos o minidocumentário a partir de uma perspectiva discursiva, à luz do conceito de *coragem de verdade* de Michel Foucault. Levando em consideração que este artigo tem como um de seus conceitos-chave a *parrhesia* – que envolve a ética da palavra e, consequentemente, a atividade verbal associada à franqueza –, apresentaremos a seguir enunciados produzidos oralmente. As materialidades visuais serão reservadas para análises futuras, uma vez que há o interesse de estudarmos mais detidamente a vasta materialidade discursiva do minidocumentário numa abordagem que considere a semiologia histórica (Courtine, 2011).

A seguir, apresentamos as análises.

4 “*Aquí vive gente*”

O caráter testemunhal do minidocumentário *El Apagón - Aquí vive gente* expõe as experiências de desigualdade e desvantagens sociais vividas pelos porto-riquenhos. Em meio à música e às imagens das belas paisagens de Porto Rico, mesclam-se os problemas econômicos e sociais da população. Os protestos e relatos dos moradores acerca dos apagões recorrentes, dos despejos de locais que foram seus lares por muitos anos e a impossibilidade de acesso a determinadas praias demonstram os desafios vividos pelos moradores do arquipélago.

As denúncias de apagões sequenciais de energia em Porto Rico, que afetam grande parte da população,² intensificaram-se após a privatização do sistema de energia por uma grande empresa estadunidense e canadense, a *Luma Energy*, em 2021. Apesar da promessa de políticos e empresários de que os problemas relacionados à distribuição de energia seriam resolvidos com a privatização da companhia, eles não só não foram resolvidos como pioraram. Além disso, a empresa realizou sete aumentos consecutivos nas contas da população, como descreve a matéria *El Negociado de Energía aprueba el séptimo aumento consecutivo a la factura de la luz*.³ Outra matéria publicada pelo site *CorpWatch* (2023)⁴ confirma as informações e relaciona o problema dos apagões a antigas usinas que funcionam à base da queima de combustíveis fósseis, evidenciando que o abandono governamental em relação à população não é recente. Além de desgastadas, essas usinas apresentam um funcionamento extremamente caro e nocivo à natureza.

² Sobre os apagões em Porto Rico. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2022/10/19/a-ilha-do-caribe-que-privatizou-sistema-eletrico-e-segue-sofrendo-com-apagoes.htm>. Acesso em: 19 mar. 2025.

³ Sobre os aumentos nas faturas de energia em Porto Rico. Disponível em: <https://www.elnuevodia.com/noticias/gobierno/notas/el-negociado-de-energia-aprueba-el-septimo-aumento-consecutivo-a-la-factura-de-la-luz/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

⁴ O problema dos apagões segundo matéria do site *CorpWatch*. Disponível em: <https://www.corpwatch.org/article/blackouts-worsen-prices-skyrocket-following-privatization-puerto-ricos-power-grid>. Acesso em 25 out. 2025.

A empresa de energia elétrica, embora não seja responsável pela origem dos problemas que há tempos afetam os consumidores, têm demonstrado, em ações, pouco interesse em aprofundar-se, junto às autoridades governamentais, na compreensão e solução das falhas estruturais das usinas ultrapassadas. Um parecer emitido pela *Luma Energy* em 2022 culpou a antiga gestão, a PREPA, pelas instabilidades elétricas e afirmou que iria trabalhar para transformar o sistema elétrico para o futuro. Os dados apontados pelo *site* CPI (2024)⁵ destacam, porém, uma outra versão dos fatos, visto que entre abril de 2023 e março de 2024, as reclamações dos consumidores da *Luma Energy* registraram uma média de 1.414 minutos de interrupções, número bem parecido com o das reclamações dos consumidores da PREPA, de 1.243 minutos, em 2020.

O primeiro enunciado constitui o relato dos serviços da *Luma Energy*. Vejamos a seguir.

(Enunciado 1) [...] la distribución de energía en Puerto Rico pasará a manos de una **compañía privada**. El gobierno le otorgó un **contrato multimillonario** a una compañía de Estados Unidos y Canadá llamada **Luma Energy** y le **prometieron** al pueblo que el **servicio sería mejor**, pero sobre las métricas del mismo **gobierno** ahora los **apagones son más largos**. El resultado es **estudiantes que hacen sus asignaciones oscuras, enseres dañados y personas que no pueden conectar su equipo médico en casa**. A la vez el pueblo puertorriqueño ha visto **siete aumentos consecutivos en la factura de luz** mientras que los ejecutivos de Luma cobran **salarios nunca antes vistos** en la corporación eléctrica de Puerto Rico. **Hay gente que está perdiendo la paciencia y protestando en las calles**.⁶ (transcrição e grifos nossos).

No Enunciado 1, a relação entre o testemunho e o acontecimento é a de mediação – quem apresenta a questão não é o ator do acontecimento, mas ele age como “fiador” da verdade – e descreve com precisão um problema e seus autores. O relato trata da privatização da companhia de energia, com um acordo multimilionário, e identifica os agentes envolvidos: os Estados Unidos, o Canadá e a empresa *Luma Energy*. Segundo o testemunho, a promessa de melhorias no serviço de distribuição de energia não é cumprida, e os apagões duram mais tempo após a privatização.

O gesto de dizer “a verdade”, nesse enunciado, não se limita à constatação de um fato; ele implica um ato ético e político de resistência. À luz das reflexões de Foucault (2010, 2011, 2017) sobre *a coragem da verdade*, podem-se constatar alguns dos elementos que constituem a *parrhesia*: como o confronto aos poderes instituídos, ao se descreverem os agentes opressores (governo, países, empresa) e as consequências negativas das práticas de gestão do sistema de energia. Assim, o testemunho franco torna-se uma forma contemporânea de *parrhesia*, em que o sujeito, ao “dizer tudo” sobre o sofrimento coletivo causado pelos apagões de energia,

⁵ Controvérsias em torno da gestão da *Luma Energy*. Disponível em: <https://periodismoinvestigativo.com/2024/07/luma-contract-blackouts-energy-puerto-rico/>. Acesso em 25 out. 2025.

⁶ Tradução nossa: “A distribuição de energia em Porto Rico passou para as mãos de uma empresa privada. O governo concedeu um contrato multimilionário a uma companhia dos Estados Unidos e do Canadá chamada *Luma Energy* e prometeu ao povo que o serviço seria melhor, mas, segundo as métricas do próprio governo, agora os apagões são mais longos. O resultado são estudantes que fazem suas tarefas no escuro, eletrodomésticos danificados e pessoas que não conseguem conectar seus equipamentos médicos em casa. Ao mesmo tempo, o povo porto-riquenho tem visto sete aumentos consecutivos na conta de luz, enquanto os executivos da *Luma* recebem salários nunca antes vistos na corporação elétrica de Porto Rico. Há pessoas perdendo a paciência e protestando nas ruas”.

se compromete com a ética e também cuida do outro, ao mesmo tempo em que enfrenta quem tem mais poder. Logo, a produção de um discurso que rompe o silêncio e interpela a sociedade sobre as práticas de poder que regulam a vida cotidiana da população porto-riquenha tensiona os poderes instituídos. Além de expor fatos que poderiam gerar retaliações.

A *parrhesia*, nesse contexto, se opõe as tentativas de deslegitimar as vozes oprimidas da população. Ao tornar visível o que o discurso hegemônico tenta ocultar – o custo humano e social da privatização –, o povo porto-riquenho encarna uma forma de resistência discursiva e existencial. Assim, a coragem da verdade torna-se um gesto coletivo, uma prática de liberdade que desvela as formas contemporâneas de colonialidade econômica e discursiva ainda impostas ao arquipélago.

Segundo Adorno (2004, p. 60), “a enunciação da verdade é sempre a enunciação de uma crítica que parte da base e visa um poder”. Nesse sentido, a verdade enunciada pelos sujeitos afetados não é neutra nem desinteressada; ela é, como afirma Adorno, uma verdade crítica, nascida do sofrimento social e voltada contra as formas de dominação que o produzem. A fala franca, portanto, manifesta-se como um gesto ético, na medida em que confronta a racionalidade instrumental que sustenta o discurso oficial e reivindica a possibilidade de outro horizonte de justiça e de dignidade coletiva.

O segundo problema exposto pelo minidocumentário é o despejo de moradores locais. A chamada Lei 22 (posteriormente transformada em parte da Lei 60) exime estrangeiros do pagamento de alguns impostos relacionados a investimentos na bolsa, em criptomonedas e na aquisição de imóveis. Além disso, o baixo preço das propriedades tornou Porto Rico um território atrativo para investimentos econômicos estadunidenses. A compra de imóveis por um baixo custo e a exclusão de determinados impostos para estrangeiros têm ajudado a modificar a organização urbana do arquipélago. Os novos proprietários de casas e prédios residenciais estão despejando antigos moradores desses locais e transformando os imóveis em hotéis, albergues e pontos comerciais.

O fenômeno da gentrificação se caracteriza por mudanças urbanas a partir da modernização e das atividades comerciais que aumentam o custo de vida de um bairro, cidade ou território. As desigualdades econômicas ficam mais evidentes e fazem com que moradores de baixa renda não consigam mais viver naquele espaço. O deslocamento de grupos economicamente desfavorecidos de centros urbanos para as margens da cidade faz parte de uma segregação do espaço social e limita o direito à cidade (De Marco; Santos; Möller, 2020).

Nessa lógica, é perceptível que o abandono do sistema governamental em relação aos residentes trouxe resultados positivos apenas para aqueles que detêm poder econômico. O interesse comercial e o potencial lucrativo de empreendimentos imobiliários levaram muitos estadunidenses a adquirir imóveis no arquipélago, revendendo-os por valores mais altos ou convertendo-os em pontos comerciais e hotéis. Essa situação tem causado inúmeras desocupações de famílias que moram há mais de 20 anos nesses lugares. As famosas cartas de “*desahucio*” (despejo) solicitam a saída dos inquilinos em até trinta dias.

O Enunciado 2 é um testemunho de uma ex-moradora despejada de um desses edifícios com novos donos.

(Enunciado 2) Yo vivía por ahí por ese pasillo, al final a la mano derecha. Bueno, en ese momento me sentí frustrada. Primero porque había personas que llevaban casi 30 años viviendo allí, bueno... Ahí cuando tú llevas ya 30 años viviendo en el

mismo lugar tú creas unas relaciones con la comunidad. Tú no puedes llegar aquí con mentalidad de colonizador pensando que aquí no vive gente o que la gente vivía pues mira tú las puedes despachar con una carta de desahucio y que consigan a donde irse a vivir.⁷ (transcrição e grifos nossos)

No Enunciado 2, o relato parte de uma experiência pessoal – o sujeito faz parte da ação contada – e explicita que não vive mais no mesmo local. O sentimento de frustração não exprime um problema somente individual, mas coletivo, e exemplifica não só a situação daquele que relata, mas a de várias pessoas que viviam há cerca de trinta anos no mesmo bairro e foram despejadas. As relações em comunidade também são descritas, motivadas por sua importância no seio da vida e das vivências urbanas. Além disso, o testemunho descreve as ações de desocupação como um problema de colonialidade, pois a desapropriação dos imóveis não leva em conta as experiências humanas vividas naqueles espaços e nem os problemas causados pela saída dos antigos moradores.

Lembremo-nos de que o parresiasta é aquele que diz tudo o que pensa, que não esconde nada e expõe sua opinião de forma enfática, como um manifesto moral sobre sua experiência. Através do seu discurso, ele assume uma posição de enfrentamento de um problema e defende aquilo em que acredita (Foucault, 2017). Assim, ao relatar a saída involuntária de antigos moradores de habitações compradas por investidores estrangeiros, o sujeito do discurso acredita que as ações revelam mais do que um caráter econômico, constituindo-se como um empreendimento colonialista. A “mentalidade de colonizador” referida pelo discurso evoca a visão do sujeito nascido naquele lugar como não humano, sem importância, alguém que deve procurar outro lugar para viver.

Segundo Navarro (2020, p. 14), “a linguagem é a modalidade de existência histórica essencial da memória, seja ela coletiva, histórica ou social”. Tal apontamento corrobora com as reflexões do enunciado acerca de um espaço que já não existe da mesma forma, mas que persiste simbolicamente pela fala. A linguagem, nesse caso, reconstrói o lugar perdido, produzindo um testemunho de pertencimento e de ruptura. O sujeito resiste ao apagamento de sua história ao narrar sua experiência, reinscrevendo-se em uma memória coletiva marcada pela exclusão e pela transformação forçada do território.

Por conseguinte, o enunciado constitui uma prática discursiva em que o sujeito se expõe integralmente ao enunciar o verdadeiro, assumindo o perigo de sua enunciação diante de forças hegemônicas. Ao se dirigir a um poder que o excede – os investidores estrangeiros e a lógica econômica que os sustenta –, o sujeito fala a verdade a partir de uma posição de desvantagem, assumindo a exposição de sua vulnerabilidade como um gesto político e ético.

Essa fala não é apenas uma expressão individual de indignação, mas se inscreve em uma luta coletiva: a defesa do direito à moradia e à dignidade dos moradores expulsos. O parresiasta, nesse enunciado, manifesta uma moral do dizer verdadeiro, não movido por interesse próprio, mas pela convicção de que o silêncio diante da injustiça o tornaria cúmplice dela. Sua coragem da verdade emerge, portanto, como resistência à naturalização das vio-

⁷ Tradução nossa: “Eu morava ali, por aquela passagem, no final, à direita. Bem, naquele momento eu me senti frustrada. Primeiro, porque havia pessoas que moravam ali há quase 30 anos. Bem... quando você já vive há 30 anos no mesmo lugar, você cria laços com a comunidade. Você não pode chegar aqui com mentalidade de colonizador, achando que aqui não vive gente, ou que as pessoas que moravam podem simplesmente ser despejadas com uma carta de desocupação e que deem um jeito de encontrar outro lugar para viver”.

lências coloniais e econômicas que tratam os habitantes locais como descartáveis. Ao afirmar que “aqui vive gente”, o sujeito produz uma reivindicação ética de humanidade, desestabilizando o olhar colonizador que reduz o outro à condição de não ser.

A intervenção estadunidense em outros territórios não é uma questão recente e nem se limita à história de Porto Rico. Segundo Silva (2004, p. 16), em 1898, o Havaí foi anexado pelos Estados Unidos e em 1959 se tornou um de seus estados. A perda de soberania territorial está diretamente ligada a um processo intenso de gentrificação, que elevou o preço médio das moradias, tornando inviável a permanência da população local. Como consequência, muitos havaianos foram forçados a migrar para o continente americano, provocando uma drástica redução da presença nativa em sua própria terra. Além disso, a privatização de recursos naturais, como praias, montanhas e fontes de água, evidencia a lógica colonial e capitalista que transformou o arquipélago em mercadoria, subordinando a vida e a cultura havaianas aos interesses econômicos dos Estados Unidos (De Marco; Santos; Möller, 2020).

O cantor Bad Bunny provoca reflexões sobre a privatização e o processo de gentrificação de territórios na música *Lo que le pasó a Hawaii*,⁸ lançada em 2025. A seguir, destacamos um trecho da canção.

Quieren quitarme el río y también la playa
Quieren el barrio mío y que abuelita se vaya
No, no suelte' la bandera ni olvide' el lelolai
Que no quiero que hagan contigo lo que le pasó a Hawái.⁹

O recorte trata de denúncias que corroboram com as discussões e análises empreendidas neste estudo sobre a privatização das praias e a “expulsão” de antigos moradores de seus bairros. Assim como ocorreu no Havaí, os interesses colonialistas ameaçam transformar Porto Rico em um território de exclusão social. Em paralelo, o cantor reafirma seu apreço por símbolos porto-riquenhos como a bandeira e seu *lelolai*,¹⁰ reforçando elementos que constituem sua identidade, sua memória e o direito de permanecer em sua própria terra.

O terceiro problema exposto no minidocumentário é a privatização informal das praias em Porto Rico. Por lei, todas as praias do arquipélago são públicas, no entanto, o acesso a algumas delas tem sido limitado pela construção de hotéis de luxo ou outros empreendimentos privados, além da expansão de mansões em terrenos públicos em frente ao mar. Os múltiplos acessos que facilitariam a entrada da população local em diversas praias têm sido fechados por construções particulares, o que tem tornado algumas praias privadas, mesmo que de modo informal. O enunciado a seguir demonstra como a “playa Del Dorado” se tornou um ambiente de difícil acesso.

⁸ Música “Lo que le pasó a Hawaii”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uvfDaZ4ZT8o>. Acesso em: 12 out. 2025.

⁹ Tradução nossa: “Eles querem me tirar o rio e a praia também/Querem meu bairro e que a vovó vá embora/ Não, não largue a bandeira nem esqueça o lelolai/Não quero que façam com você o que aconteceu com o Havaí”. Mantemos a grafia “Hawái” na letra da música em espanhol e “Hawaii” do título, respeitando a versão original com os dois registros.

¹⁰ “Lelolai” é um tipo de canto da área rural de Porto Rico.

(Enunciado 3) Como es que yo me tengo que sentir bien? el que me digan sí, sí tú puedes pasar, pero tienes que pasar por donde te puedes te cocotar-te o reventar-te. O sea, me mortifica el que nos tratan como ignorantes o como delincuentes, cuando los que están rompiendo la ley, claramente, son ellos.¹¹ (Transcrição e grifos nossos)

No Enunciado 3, a vinculação entre o testemunho e quem o relata é a de partícipe, aquele que viveu os efeitos do acontecimento e conta a história a partir de sua experiência. O sujeito expõe seu mal-estar diante do problema da limitação de acesso às praias e questiona: “como é que eu devo me sentir bem?” (tradução nossa), além de tratar do aspecto da manipulação em torno dos direitos aos bens públicos. Impossibilitar o acesso a determinadas praias com a construção de empreendimentos privados, mas “permitir” a entrada de banhistas por um caminho longo e com pedras pontiagudas, torna o bem público exclusivo de um grupo, aquele que possui mais dinheiro, sem que isso seja algo formalizado. Diante da segregação de classes, o discurso da exclusividade da burguesia é dissimulado: “você pode passar, mas deve seguir por onde pode se ferir ou se machucar” (tradução nossa). O sujeito demonstra sua indignação sobre o problema: “me mortifica” e expõe como os porto-riquenhos são tratados como “ignorantes” ou “delinquentes”.

Nesse sentido, rememoramos que o problema da concentração de poder econômico em alguns grupos ou classes sociais tem dividido territórios e espaços há séculos. O fetiche da exclusividade material é alicerçado na proteção e manutenção dos privilégios da burguesia, à luz das reflexões de Marx (2014), e nas marcas produzidas socialmente de diferenciação entre uns humanos e outros. O bem público, como as praias, também pode ser capturado pelo fetiche da exclusividade e privilegiar o acesso de alguns em detrimento de outros.

O testemunho não utiliza táticas retóricas de convencimento, não tenta manipular e persuadir através do discurso, mas tão somente exercita a produção do dizer a verdade, falar francamente sobre sua experiência. Como admite Foucault acerca da conduta ética do parresíasta:

[...] é preciso que, do lado do mestre, o discurso apresentado não seja um discurso artificial, fingido, um discurso que obedeça às leis da retórica e que vise na alma do discípulo somente efeitos patéticos. É preciso que não seja um discurso de sedução. É preciso que seja um discurso tal que a subjetividade do discípulo possa dele apropriar-se e que, apropriando-se dele, o discípulo possa alcançar o objetivo que é o seu, a saber, ele próprio (Foucault, 2011, p. 442).

Logo, observamos que o sujeito do discurso externaliza seus sentimentos não como um recurso retórico em busca de convencer ou seduzir alguém, mas pela emergência da ética de falar francamente. Ao denunciar a manipulação e as desigualdades que transformam o espaço público em privilégio da elite econômica, o sujeito exerce a coragem de falar tudo o que pensa e entra em embate com o caráter dissimulado da segregação. Sua fala rompe o silêncio diante das injustiças e expõe a violência simbólica e material que atinge as classes populares, convidadas a “passar” apenas pelos caminhos que ferem – literal e metaforicamente – seus corpos e sua dignidade.

¹¹ Tradução nossa: “Como é que eu tenho que me sentir bem? Dizem que sim, sim, você pode passar, mas tem que passar pelo lugar onde você pode se ferir ou se machucar. Ou seja, me angustia que nos tratem como ignorantes ou como criminosos, quando quem está claramente violando a lei são eles”.

Quando o sujeito afirma que essa situação “me mortifica” e que a população porto-riquenha é tratada como “ignorante” ou “delinquente”, evidencia-se a dimensão ética e afetiva da *parrhesia*: o sofrimento é transformado em palavra crítica, e o desconforto pessoal converte-se em um gesto de resistência coletiva. Trata-se de uma fala que desestabiliza o regime de verdade dominante e confronta as racionalidades que legitimam a exclusão social sob o disfarce da ordem e do progresso. Nesse sentido, o discurso parresiástico se torna um ato de coragem e de cuidado de si e dos outros – um modo de existir que se recusa a permanecer em silêncio diante da injustiça.

Gros (2004) nos lembra que o parresiasta utiliza o relato como fio condutor da verdade; o seu testemunho é a força que produz resistência à opressão vivida por ele ou por um grupo. No Enunciado 3, além de expor o problema da segregação de determinadas praias em Porto Rico, o discurso também trata livremente do rompimento das leis, que deveriam proteger o bem público e assegurar o compartilhamento das praias e não a exclusividade a determinados grupos. A coragem do testemunho confronta os interesses de uma classe economicamente dominante ao apontar com crítica o problema criado por seus algozes: “os que estão rompendo a lei, claramente, são eles” (tradução nossa).

5 Algumas considerações

Os atrativos fiscais de Porto Rico, como a isenção ou baixo valor de impostos para estrangeiros, a privatização de seu sistema de energia elétrica, a destruição de prédios públicos e habitacionais para a construção de pontos comerciais de empresas privadas internacionais e o despejo de moradores locais, ou ainda a limitação de acesso a determinadas praias, têm propiciado grandes problemas à população residente do arquipélago. Essas e outras questões demonstram como os habitantes desse território têm enfrentado inúmeros ataques e interesses com um caráter ainda colonialista (são as constantes marcas da colonialidade) que favorecem aqueles pertencentes a classes economicamente dominantes em detrimento da população local, menos favorecida financeiramente.

O minidocumentário *El Apagón - Aquí vive gente* (2022) evidencia problemas que não estão escondidos, mas estão na margem e não no centro. São histórias e experiências dos “vencidos” e são parte da perspectiva dos oprimidos. É preciso, então, deslocar o olhar, perceber as tensões discursivas e analisar as resistências que constituem tais discursos. Os perigos de confrontar os interesses dos “vencedores” não conseguem silenciar o parresiasta, que, por um dever moral e uma atitude crítica, faz emergir discursos que precisam de coragem.

Diante do objetivo geral deste estudo, que foi analisar, sob uma perspectiva discursiva, o caráter de denúncia do minidocumentário *El apagón - Aquí vive gente* (2022), deparamo-nos com algumas respostas e reflexões: nos três enunciados analisados, estão relatos que confrontam sujeitos em posição de poder econômico; os testemunhos se utilizam da franqueza como um dever moral e ético; e a liberdade é usada para expor a verdade, mesmo que isso incorra em perigo.

Acreditamos que a pergunta que orientou esta pesquisa – de que maneira o minidocumentário *El apagón - Aquí vive gente* (2022) evidencia os problemas de exploração social vivenciados em Porto Rico? – teve resposta nas análises empreendidas, que demonstram que o testemunho foi utilizado como discurso de resistência e denúncia sobre os problemas vividos

pela população economicamente desfavorecida do arquipélago. É possível reconhecer o par-resista nos discursos de resistência dos porto-riquenhos e observar sua coragem de se opor à perspectiva dos “vencedores”, de falar francamente tudo o que pensa e de relatar suas experiências em prol de um bem coletivo. A hipótese inicial foi, pois, confirmada, mostrando que, mesmo diante de perigos, podem emergir discursos que confrontam determinados poderes.

Declaração de autoria

João Paulo Santos Batista, doutorando em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da UFS, propôs o artigo e desenvolveu o estudo com base em encontros com o grupo de pesquisa – Laboratório de estudos de discurso, história e estrangeiridades (imaGine/CNPq) e Projeto *Discursos de/sobre acolhimento: saber-poder, refúgio e alteridade* (DIASPORA/UFSM), leituras e aulas da pós-graduação, além de trabalhar no recorte, versão/tradução e análise do *corpus*. Também contribuiu com as adaptações necessárias ao modelo de editoração da revista. Maria Graziela Correia dos Santos, doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da UFS, aprofundou a fundamentação teórica, efetivou a revisão gramatical, tradução do *corpus* e de normas de ABNT e contribuiu com as análises. Jocenilson Ribeiro, professor adjunto no Departamento de Letras Vernáculas e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), colaborou com o presente artigo na redação, revisão de tradução, desenvolvimento de reflexões, orientação de leituras e revisão final do texto. Nota-se, portanto, que os três autores contribuíram efetivamente com a produção do artigo.

Agradecimentos

Nossos mais sinceros agradecimentos aos pareceristas e editores deste periódico, aos colaboradores e membros do grupo imaGine e do Projeto DIASPORA, em especial à Profa. Dra. Marluza da Rosa (UFSM) pelas inúmeras contribuições e à Profa. Dra. Glaucia Muniz Proença Lara (UFMG) pela leitura cuidadosa, sugestões e revisão final.

Referências

ADORNO, F. P. A tarefa do intelectual: O modelo socrático. In: GROS, F. (org.). *Foucault: A coragem da verdade*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 39-62.

AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Homo Sacer III). Trad. de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

BERT, J. F. *Pensar com Michel Foucault*. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2013.

BUNNY, B. *lo que le pasó a hawaii*. YouTube, 2025. 1 vídeo (3 min 51 s). Publicado por: Bad Bunny. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uvfDaZ4ZT8o>. Acesso em: 17 out. 2025.

CASTRO-GÓMEZ, S. Michel Foucault y la colonialidad del poder. *Tabula Rasa*, n. 6, p. 153-172, enero-junio, 2007.

COURTINE, J.J. Discurso e imagens: Para uma arqueologia do imaginário. In: PIOVEZANI, C., CURCINO, L, SARGENTINI, V. (org.). *Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011.

DE MARCO, C. M.; SANTOS, P. J. T.; MÖLLER, G. S. Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta decolonizadora. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Paraná, v. 12, e20190253, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190253>

EL APAGÓN – Aqui vive gente. Direção: Kacho Lopez Mari; Bianca Graulau. Porto Rico: YouTube, 2022. 1 vídeo (23 min). *Minidocumentário*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1TCX_Aqzoo4. Acesso em: 19 mar. 2025.

DA PROMETEUS, O. E. Discurso e verdade: seis conferências dadas por Michel Foucault, em Berkeley, entre outubro e novembro de 1983, sobre a parrhesia - apresentação. *Prometheus - Journal of Philosophy*, v. 6, n.13. 2013. DOI: <https://doi.org/10.52052/issn.2176-5960.pro.v6i13.1549>.

FERNANDES, C. A.; SARGENTINI, V. Saussure e Foucault, língua e discurso. *Revista da Anpoll*, 53(2), 53–67, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v53i2.1692>.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 2. ed. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. v. 5. (Coleção Ditos & Escritos).

FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. *A coragem da verdade*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

FOUCAULT, M. *Histoire de la sexualité: les aveux de la chair*. V. 4. Paris: Gallimard, 2018.

GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2022.

GIL, A. C. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, M. M.; FERRERI, M.; LEMOS, F. O cuidado de si em Michel Foucault: um dispositivo de problematização do político no contemporâneo. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 30, n. 2, p. 189-195, ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5540>.

GREGOLIN, M. do R. V. A análise do discurso: conceitos e aplicações. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 39, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967>. Acesso em: 29 out. 2025.

GROS, F. *Foucault: A coragem da verdade*. São Paulo: Parábola, 2004.

- HARA, T. Notícias de um pensador: a coragem da verdade e o pensamento libertário de Michel Foucault. *Verve*, São Paulo, n. 7, p. 286-291, 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5341>.
- MARÍN, A. L. de L. O discurso-testemunho na América Latina: *Voz em Resistência*: (México). CAMINHOS DA EDUCAÇÃO diálogos culturas e diversidades, [S. l.], v. 5, n. 2, 2023. DOI: 10.26694/caedu.v5i2.2941.
- MARX, K. *O Capital Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MELÉNDEZ-BADILLO, J. *Puerto Rico: Historia de Una Nación*. Traducción de Aurora Lauzardo. Princeton University Press/Editorial Planeta, 2024.
- MILANEZ, N., PRATA, V., ALMEIDA, B. Dossiê Foucault e a Parresía: horizontes discursivos. *Prometheus - Journal of Philosophy*, v. 15, n. 41. 2023. DOI: <https://doi.org/10.52052/issn.2176-5960.pro.v15i41.18934>
- MUÑOZ, J. C. A. *Breve historia de Puerto Rico: un pueblo y su tránsito por los imperios de España y Estados Unidos (1800-2023)*. Madrid: Catarata, 2023.
- NAVARRO, P. Estudos Discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discurso. *Revista Moara - Estudos Linguísticos*, v. 1, n. 57, p. 08-33, ago./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9682/6672>.
- NAVARRO, P.; SARGENTINI, V. Por uma Arqueogenealogia dos Estudos Discursivos Foucaultianos no Brasil - Cartografias. *Revista da ANPOLL*, v. 53, p. 20-40, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v53i2>
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- PIOVEZANI, C. *A voz do povo: uma longa história de discriminações*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (org.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.
- RIBEIRO, J. Xenofobia e discurso de ódio ao estrangeiro no espaço de enunciação da Tríplice Fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai). *Processos Psicossociais de Exclusão Social*. São Paulo: Blucher, 2020, p. 263-292. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/13-22196>. Acesso em: 03 maio 2021.
- RIBEIRO, J. *Xenofobia e intolerância linguística: discursos sobre estrangeiridade e hostilidade brasileira*. Campinas: Pontes, 2022.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (org.). *Michel Foucault e os domínios da linguagem - discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- SILVA, N. K. *Aloha betrayed: native Hawaiian resistance to American colonialism*. Durham: Duke University Press, 2004.